

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO CONAB/SUREG-SC Nº 002/2019

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA
GERÊNCIA DE FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO
SETOR ADMINISTRATIVO

Assunto: Serviços de telefonia na SUREG-SC e UA/Herval D'Oeste

Modalidade de Licitação: Pregão Eletrônico

Regime de execução: empreitada por preço global

Critério de julgamento: MENOR PREÇO

Modo de disputa: aberto

Entrega de propostas: a partir 03/05/2019 às 09 h – HORÁRIO DE BRASÍLIA

Data: 16/05/2019 às 09 h – Horário de Brasília-DF

Local: www.comprasnet.gov.br

A **Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB**, Empresa Pública Federal, instituída nos termos da Lei 8.029, de 12 de abril de 1990, regulamentada pelo decreto nº 99.944, de 26 de dezembro de 1990, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na pessoa do pregoeiro designado pelo Ato de Superintendência SUREG/SC nº 072 de 22 Agosto de 2018, torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local acima indicados fará realizar licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, tendo por finalidade a contratação dos serviços descritos no item 1 deste edital, cujo documento e seus anexos expressam ainda as condições de participação, de habilitação, de apresentação de propostas, de critérios de julgamento e de adjudicação, conforme descrito nesse Edital e seus Anexos.

- I – Termo de Referência;
- II – Modelo de Proposta de Preços;
- III – Modelo de Relatório de Medição e Fiscalização do Contrato;
- IV – Modelo de declaração de conhecimento do Edital; não se encontra declarada inidônea; inexistência de fato superveniente impeditivo; uso de mão-de-obra infantil;
- V – Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação;
- VI – Modelo de declaração de elaboração independente de proposta;
- VII - Termo de Recebimento/Retirada do Edital;
- VIII – Matriz de Riscos.
- IX – Minuta de Contrato;

O procedimento licitatório se dará na forma da Lei nº 13.303/2016 e do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab - RLC, disponível no endereço eletrônico <https://www.conab.gov.br/index.php/institucional/normativos/normas-da-organizacao>, bem como, subsidiariamente, a Lei 10.520 de 2002, o Decreto 5.450 de 2005, o

Decreto nº 3.555 de 2000, a Lei Complementar 123 de 2006, o Decreto nº 8.538/2015 e demais legislações pertinentes e, ainda, pelo estabelecido no presente Edital.

O presente objeto trata de serviço comum, sendo executado de forma **indireta**, no regime de **empreitada por preço global**. A íntegra do Edital e seus anexos poderão ser obtidos nos sites www.comprasnet.gov.br e www.conab.gov.br, e também, na Sede da Superintendência Regional de Santa Catarina localizada na Rua Francisco Pedro Machado, s/n, Bairro Barreiros, CEP 88117-402, São José – SC, em horário comercial compreendido das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00, mediante a apresentação pelo interessado, de CD ou *pendrive*, no qual serão copiados todos os arquivos, sendo devolvido mediante assinatura de Termo de Retirada de Edital – Anexo VII, a ser juntado ao processo.

Os pedidos de esclarecimentos referentes a este Edital deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via Internet, para o endereço de e-mail: **sc.setad@conab.gov.br**, cujas respostas serão disponibilizadas nos avisos referentes a este Pregão, no site do Comprasnet.

1. DO OBJETO

1.1. A contratação de pessoa jurídica para prestação de serviço comum especializado por empreitada por preço global, **Telefônico Fixo Comutado - STFC**, modalidades **local e longa distância**, para atender às necessidades de telecomunicações da Sede da Superintendência Regional de Santa Catarina – SUREG-SC, UA. São José e UA. Herval D'Oeste-SC, em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações constantes do termo de referência em anexo, em conformidade com os Arts 250 a 412 do RLC http://www.Conab.Gov.Br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_12_14_10_45_3_rlc_aprovado_completo.pdf. Consulta em: 03/12/2018.

1.1. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.2. O objeto descrito acima foi dividido em dois itens, “a” e “b”, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse, conforme o quadro a seguir:

Item	Especificação
a	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado – STFC, na modalidade LOCAL , para chamadas originadas em linhas diretas não residenciais utilizadas pela Superintendência Regional de Santa Catarina – SUREG-SC, UA. São José, cujo destino destas chamadas seja outros terminais do STFC e do SMP (Sistema de Telefonia Móvel Pessoal), localizados na mesma área local definida pelo Plano Geral de Outorgas da Anatel(VC1 e Degrau 1), para chamadas intra e extra-rede, conectadas a Central telefônica digital, marca AVAYA, com capacidade

	para 96 ramais com a utilização de 50 ramais. Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) de LONGA DISTÂNCIA (Degraus 2, 3 e 4, VC 2 e VC 3), com origem das chamadas em terminais do STFC utilizados pela Superintendência Regional de Santa Catarina – SUREG-SC, UA. São José-SC , cujo destino destas chamadas seja outros terminais do STFC e do SMP. Prestação através de link E1 Digital R2 de 2mb e numeração DDR.
b	Prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) de LONGA DISTÂNCIA (Degraus 2, 3 e 4, VC2 e VC3), com origem das chamadas em terminais do STFC utilizados pela Unidade de Herval D'Oeste-SC, situada no município de Herval D'Oeste-SC , cujo destino destas chamadas seja outros terminais do STFC e do SMP (Sistema de telefonia Móvel Pessoal). Com prestação através de DDR, para 5 ramais.

1.2. Não foi realizado o agrupamento dos itens/lotos correspondentes, para a realização do Pregão Eletrônico, de forma a não consubstanciar restrição ao caráter competitivo do referido certame licitatório. Uma vez que podem existir operadores que atuem em apenas uma das regiões, podendo participar do certame para um dos itens.

1.3. O objeto desta licitação está enquadrado como serviço comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme dispõe o §1, do artigo 2º do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005 que regulamento o pregão, na forma eletrônica, para a prestação de serviços comuns e dá outras providências.

1.4. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº Decreto Nº 9.507, de 21 de Setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

1.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a CONTRATANTE, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalmente e subordinação direta.

2. DO LOCAL, DATA E HORÁRIO DO PREGÃO

2.1. A sessão pública deste Pregão Eletrônico terá início com a divulgação das Propostas de Preços recebidas, quando então começará a etapa de lances no sítio e em dia e horário abaixo discriminados:

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

DATA E HORA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS: 16/05//2019 às 09:00 (horário de Brasília).

2.2. Após a divulgação do Edital, no mencionado sítio, os Licitantes deverão encaminhar, unicamente por meio do sistema eletrônico, proposta com a descrição do

objeto ofertado e o preço, até a data e hora marcada para abertura da sessão, instante em que se encerrará a fase de recebimento de propostas.

2.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e endereço eletrônico estabelecido no presente Edital, desde que não haja comunicação do Pregoeiro em contrário.

2.4. Os serviços a serem prestados serão demandados nas dependências da CONAB-SC, nas seguintes localidades:

2.4.1. CONAB-SC – Sede São José-SC, CNPJ: 26.461.699/0270-38, Rua Francisco Pedro Machado, S/N - Bairro: Barreiros – CEP: 88.117-402 – Fone: 48 – 3381.7239 pra o item “a”; e

2.4.2. CONAB – UA/Herval D’Oeste-SC, CNPJ: 26.461.699/0049-25, Rua Dorival de Brito e Silva, S/N, CEP: 89.610-000, para o item “b”.

2.5. Caso queira, licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08:00 às 12:00 h. e das 13:30 às 17:00 h, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo telefone 048.3381.7239.

3. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO ELETRÔNICO

3.1. Poderão **participar** deste Pregão Eletrônico os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente **credenciados** no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf, bem como perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SGE), por meio do sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

3.2. O **Credenciamento** é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2.1. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.2.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

3.2.3. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ele efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a CONAB responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.2.4. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.2.5. Além do credenciamento mencionado, para se ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto à SGE, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

3.3. Como condição para participação no Pregão Eletrônico, a licitante credenciada assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

- a) que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;
 - a.1) Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 34 da Lei nº 11.488, de 2007 e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.
 - a.2) a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de a licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que seja qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte;
- b) que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no Edital;
- c) que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- d) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição;
- e) que a proposta foi elaborada de forma independente;
- f) que não possui em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado;
- g) que está ciente do cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na legislação.
- h) Ressalva-se o direito a participação de empresas em processo de recuperação judicial, desde que na fase de habilitação demonstrem viabilidade econômica na execução do objeto contratual, com a devida comprovação legal.

3.4. Não poderão participar deste Pregão Eletrônico:

- i) a empresa cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da Conab;

- j) a empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016 e impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002;
- k) a empresa declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou pela unidade federativa a que está vinculada a Conab, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
- l) a empresa constituída por sócio de empresa que estiver suspensa com a Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida com a União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002 ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993;
- m) a empresa cujo administrador seja sócio de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida com a União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002 ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993;
- n) a empresa constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002, ou declarada inidônea, nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- o) a empresa cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa pela Conab, nos termos da Lei nº 13.303 de 2016, impedida pela União, conforme disposto na Lei nº 10.520 de 2002 ou declarada inidônea nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;
- p) a empresa que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea;
- q) os interessados proibidos de participar de licitações e celebrar Contratos administrativos, na forma da legislação vigente;
- r) a sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País, bem como os estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- s) a empresa que se encontre em processo de falência, concurso de credores, dissolução ou liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;
- t) as entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- u) o próprio empregado ou dirigente da Conab, como pessoa física, que participe em procedimentos licitatórios na condição de licitante;
- v) a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com autoridade do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; dirigente da Conab ou empregado da Conab cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela contratação;
- w) empresa cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a Conab há menos de 6 (seis) meses;
- x) empresas cujos administradores ou sócios tenham relação de parentesco, em linha reta ou colateral por consanguinidade ou afinidade até o terceiro

grau, com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança na CONAB, incluindo neste parentesco cônjuge ou companheiro.

4. DA PROPOSTA DE PREÇOS ELETRÔNICA E SUA VERSÃO ESCRITA

4.1. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação de login e senha privativas do licitante e subsequente encaminhamento da proposta com a descrição do objeto ofertado e indicação do preço ofertado, em campo próprio, que deverá ser feito a partir da data da disponibilização do edital no site do *Comprasnet* e até a data e hora marcadas para abertura do pregão, observando que a **abertura se dará às 09:00 do dia 16/05/2019 (horário de Brasília-DF)**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

4.2. O licitante deverá informar em sua **proposta de preços eletrônica**, mediante o preenchimento no sistema eletrônico, o valor total para cada um dos itens (proposta esta que abrange seu desconto ofertado), bem como a especificação clara e completa dos serviços a serem executados, em conformidade com o Termo de Referência.

4.2.1. A Proposta de Preços contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico, a seguir :

4.2.2. A estimativa dos preços de referência a serem utilizados no Pregão Eletrônico para os dois itens, são os seguintes:

- **Valor de R\$ 36.207,24** (Trinta e seis mil, duzentos e sete reais e vinte e quatro centavos), para o Item “a” – SÃO JOSÉ - SANTA CATARINA; e

- **Valor de R\$ 5.808,63** (Cinco mil, oitocentos e oito reais e sessenta e três centavos), para o Item “b” – HERVAL D'OESTE - SANTA CATARINA.

- **Total Geral de R\$ 42.015,87** (quarenta e dois mil, quinze reais e oitenta e sete centavos).

Observação: As tarifas acima registradas, já contemplam os tributos/impostos e contribuições incidentes;

4.2.3. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada (§ 4º do art. 21 do Decreto nº 5.450/05 e Art. 299).

4.3. A Licitante deverá obedecer rigorosamente os termos deste Edital e seus anexos.

4.4. Nas propostas a serem enviadas deverão constar:

a) Nome (razão social) e CNPJ da empresa, endereço completo, telefone, fax e endereço eletrônico (e-mail), este último se houver, para contato, bem como os

dados do representante legal que assinará o contrato (nome completo, CPF, RG, nacionalidade e estado civil);

b) Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data da sessão deste Pregão Eletrônico;

c) Cotação de preços em moeda corrente nacional, expressos em algarismos e por extenso, com até 2 (duas) casas decimais;

d) Menor Preço global, nos termos do Anexo II deste Edital;

e) Declaração de que nos preços da proposta estão incluídos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, fretes, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus anexos;

f) O nome do banco, agência e número da conta-corrente da empresa, onde devem ser creditados os pagamentos devidos;

g) Declaração de total conhecimento e concordância com os termos do Edital da Licitação e seus anexos;

h) Declaração concordando com a retenção, pela CONAB, como substituta tributária da Fazenda Municipal, do ISSQN incidente sobre os serviços, em acordo com a legislação tributária municipal.

4.5. É vedada a indexação do preço cotado a qualquer índice geral ou setorial que reflita a variação de preços.

4.6. A proposta elaborada em desacordo com este Edital e seus anexos será desclassificada.

4.7. Será utilizado como critério de julgamento o **menor valor global** para cada um dos itens (a e b), do modelo de proposta deste Edital – Anexo II . A proposta deve observar o atendimento das especificações, detalhamentos e condições estabelecidas no presente Edital e levando-se em conta, exclusivamente o fator preço.

4.8. Somente a licitante vencedora deverá encaminhar ao Pregoeiro, logo após o encerramento da fase de lances, no prazo de até 2 (duas) horas, via e-mail: **sc.setad@conab.gov.br**, a Proposta a que se refere o subitem 5.3, ajustada ao preço do lance vencedor. A via original da proposta deverá ser encaminhada no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, a contar do encerramento da licitação, para o endereço Rua Francisco Pedro Machado s/n, Barreiros, CEP 88117-402, São José (SC).

4.9. Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, e caso persista o interesse da Administração, esta poderá solicitar prorrogação da validade referida no subitem 5.3.

4.10. As propostas deverão conter o valor total, em algarismos e por extenso. Ocorrendo divergências entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão os últimos.

4.11. Em hipótese alguma poderá ser alterado o conteúdo da proposta apresentada, seja com relação ao preço, pagamento, prazo ou qualquer condição que importe a modificação dos seus termos originais, ressalvadas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo pregoeiro.

4.12. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências editalícias, bem como aquelas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis (Inciso III do Art. 279 do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB).

4.13. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes, não sendo aceitas propostas de prestação de serviços parciais.

4.14. Em nenhuma hipótese será recebida proposta fora do prazo estabelecido -

5. DA ABERTURA DA SESSÃO E DA CLASSIFICAÇÃO PRELIMINAR DAS PROPOSTAS

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. O Pregoeiro, anteriormente ao início da fase de lances, verificará, previamente, as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas principais, exigidas no Termo de Referência.

5.4. A não desclassificação preliminar da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.5. Somente os licitantes com propostas preliminarmente classificadas participarão da fase de lances.

5.6. Quando do registro das propostas no Sistema Eletrônico, os licitantes deverão observar a orientação estabelecida pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no sentido de incluir o detalhamento do objeto ofertado no campo “Descrição Detalhada do Objeto

5.7 A ausência do detalhamento do objeto no citado campo não acarretará a desclassificação da proposta da licitante, podendo tal falha ser sanada mediante realização de diligência destinada a esclarecer ou complementar as informações.

6. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 6.1. Aberta à etapa competitiva, os licitantes poderão registrar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 6.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para a abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital, contendo cada lance no máximo 02 (duas) casas decimais, relativas à parte dos centavos.
- 6.3. Os licitantes somente poderão oferecer lances inferiores aos últimos por eles ofertados e registrados pelo sistema.
- 6.4. O intervalo entre lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos.
- 6.5. Os lances enviados em desacordo com o subitem anterior serão descartados automaticamente pelo sistema.
- 6.6. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.7. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação dos licitantes.
- 6.8. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.
- 6.9. O encerramento do item para lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
- 6.10. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, findo o qual será automaticamente encerrada a fase de recepção lances.
- 6.11. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

7. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 7.1. Para julgamento, será adotado o critério de MENOR PREÇO GLOBAL comparando-se o valor de referência parâmetro máximo admitido para contratação dos serviços.
- 7.2. Não sendo aceitável a proposta ou o lance de menor preço, ou caso o licitante desatenda às exigências habilitatórias, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital.
- 7.3. Ocorrendo a situação referida no subitem anterior, o pregoeiro poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

7.4. O pregoeiro anexará as vias impressas da proposta comercial e dos documentos de habilitação ao processo administrativo e os remeterá, por meio de despacho, à área demandante, para sua análise e manifestação.

7.4.1. Quando da verificação da documentação aos termos editalícios, Se a proposta não for aceitável ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, a área demandante, por meio de despacho, a rejeitará e devolverá os autos administrativos ao pregoeiro, para que este solicite a oferta subsequente. O pregoeiro prosseguirá dessa forma, sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital.

7.4.2. O pregoeiro, com base na manifestação da área demandante, procederá, motivadamente, a aceitação ou rejeição da proposta via chat e por meio de registro no sistema.

7.5. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Conab ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas independentes, para orientar a sua decisão.

7.6. Em atendimento ao disposto no Capítulo V da Lei Complementar nº 123/2006, serão observados ainda os seguintes procedimentos:

7.6.1. Encerrada a fase de lances, se a proposta de menor lance não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e o sistema eletrônico identificar que houve proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5%(cinco por cento) superior à proposta de menor lance, será procedido o seguinte:

a) a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, será convocada pelo sistema eletrônico, via “chat” de comunicação do pregão eletrônico para, no prazo de 5 (cinco) minutos após a convocação, apresentar nova proposta inferior àquela considerada vencedora do certame, situação nem que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicada em seu favor no objeto do pregão;

b) no caso de empate de propostas apresentadas por microempresas ou empresas de pequeno porte, o sistema realizará um sorteio eletrônico entre elas para que se identifique aquela que primeiro será convocada para apresentar melhor oferta, na forma do disposto na alínea “a”;

c) não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma da alínea “a” anterior, serão convocadas as remanescentes, quando houver, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

d) o pregoeiro poderá solicitar documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte.

7.6.2. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no subitem 7.6.1, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

7.6.3. Após o encerramento da etapa de lances da sessão pública, o Pregoeiro deverá, via sistema, encaminhar contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

7.7.4. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8. DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos exigidos para habilitação, descritos abaixo, bem como a proposta vencedora e ajustada ao lance dado, obedecendo a critérios especificados neste Edital, serão encaminhados ao pregoeiro no prazo de até 02 (duas) horas do final da sessão de lances, através do e-mail: sc.setad@conab.gov.br, devendo ser apresentados os originais ou as cópias autenticadas por cartório competente, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contadas do término da sessão de lances. O endereço de envio dos documentos originais é o que segue: Companhia Nacional de Abastecimento – Superintendência Regional de Santa Catarina, Rua Francisco Pedro Machado s/n, Barreiros, CEP 88117-402, São José (SC).

8.2. Documentos exigidos para comprovar a Habilitação Jurídica:

- I. Registro comercial, para empresa individual;
- II. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, para sociedade empresária, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado dos documentos comprobatórios de eleição de seus administradores;

8.3. Documentos necessários à comprovação da Regularidade Fiscal:

- I. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- II. Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou à sede da Licitante, pertinente ao ramo de atividade que exerce e compatível com o objeto deste Pregão;
- III. Prova da quitação com as Fazendas Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do Licitante, de acordo com o disposto no Art. 313 do RLC - CONAB, dentro do prazo de validade;

IV. Certificado de Regularidade do FGTS, expedido pela Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado, conforme alínea "a" do art. 27 da Lei nº. 8.036/90;

V. Certidão Negativa de Débito – CND – relativa às contribuições sociais fornecida pelo INSS – Instituto Nacional do Seguro Social (Lei nº. 8.212/91) – devidamente atualizada;

VI. Certidão Negativa que comprove a regularidade perante a Fazenda Nacional (Certidão Negativa de Dívida Ativa da União);

VII. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943 (Art. 29, inciso V, da Lei nº 8.666/93).

VIII Para efeito de habilitação jurídica de qualificação econômica-financeira e de regularidade fiscal e trabalhista, no caso da empresa encontrar-se na condição de recuperação judicial, a mesma terá que apresentar a documentação comprobatória competente, condicionante a sua habilitação perante ao certame licitatório, conforme estabelece o Item V do §6º do Inciso VII do Art. 133 e Inciso XIII do Art. 209 do RLC – Regulamento de Licitação e Contrato da CONAB.

8.4. Documentos exigidos para provar a Qualificação Econômico-Financeira:

I. No caso de empresa constituída no mesmo exercício financeiro, a exigência do item será atendida mediante apresentação dos balancetes de constituição e do mês anterior ao da data fixada para realização do Pregão;

II. Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

III. A comprovação da boa situação financeira da empresa será baseada na apresentação do último balanço e na obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), iguais ou maiores que um (01), resultantes da aplicação das fórmulas, e poderá ser conferida “on line” através do sistema SICAF;

IV. A licitante que apresentar resultado menor do que 1 (um) em qualquer dos índices referidos acima, deverá comprovar capital mínimo ou patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

V. Certidão negativa de falência ou concordata, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica. Caso não possuam prazos de validade, somente serão aceitas com data não excedente a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista para apresentação das propostas.

8.5. Documentos exigidos para provar a Qualificação Técnica:

- I. Declaração de que, em cumprimento ao estabelecido na Lei nº 9.854/99 e no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal, não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital;
- II. Declaração de que teve conhecimento de todas as informações, condições locais e grau de dificuldade dos serviços a serem executados, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital;
- III. Declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo da habilitação, ficando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores, conforme modelo constante do Anexo IV deste Edital;
- IV. A empresa contratada, deverá apresentar atestado de capacidade técnica expedido em nome da licitante, fornecido por pessoas jurídicas de direito público ou privado, comprovando que a licitante tenha executado serviços compatíveis com o objeto deste edital e do Termo de Referência;

8.6. Os documentos exigidos para a habilitação quanto à comprovação de Regularidade Fiscal e Qualificação Econômico-Financeira (subitens 8.3 e 8.4) poderão ser substituídos pelo registro cadastral no SICAF, no que for por ele abrangido. Os demais documentos que não estejam contemplados no SICAF, devem ser encaminhados conforme o item 8.1.

8.7. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e efetuada a aceitabilidade do preço, a licitante detentora da melhor oferta deverá comprovar a situação de regularidade na forma descrita neste Edital.

8.8. A Situação de regularidade perante o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, se dará com a verificação *online* junto aquele Sistema do qual se extrairá necessariamente uma cópia do extrato a ser incluída nos autos.

8.8.1. No caso de constar algum documento vencido junto ao SICAF, na etapa de habilitação, o Pregoeiro poderá solicitar a comprovação da regularidade daquela situação.

8.8.2. Havendo alguma restrição na sua comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O termo inicial do prazo em questão corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do item do certame e poderá ser prorrogado por igual período, a critério da Conab.

8.8.3. A não-regularização da documentação no prazo previsto no parágrafo anterior implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das

sanções previstas no Edital, sendo facultado à Conab revogar a licitação ou convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação de cada item, para assinatura do Contrato (§6 do Art. 313 do RLC – CONAB).

8.9. Poderão ser entregues os originais dos documentos para habilitação, as suas cópias autenticadas por cartório competente ou, ainda, as cópias não autenticadas, desde que sejam exibidos os originais para conferência por servidor da CONAB/SC.

8.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos requeridos neste Edital e seus Anexos.

8.11. A apresentação de declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e legislação pertinente (Art. 21, §3º do Decreto nº 5.450/2005).

8.12. Os documentos relacionados neste Edital, referir-se-ão, sempre ao domicílio da empresa licitante cadastrada no SICAF, a qual deverá ser a Unidade que prestará os serviços e emitirá os documentos de cobrança (Fatura / Nota Fiscal). Não sendo assim, a documentação de habilitação, especificamente a regularidade fiscal, exigida neste item deverá contemplar as duas Unidades e essa informação deverá constar da Proposta de Preços.

8.13. A regularidade fiscal e todas as demais condições de habilitação e qualificação exigidas na fase da Licitação, deverá ser mantida durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

8.14. Para fins de habilitação, a verificação pela CONAB nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

8.15. A não apresentação de documentos ou não cumprimento de quaisquer das exigências deste item importará em imediata inabilitação da licitante.

8.16. Os documentos deverão ser apresentados, preferencialmente, grampeados e/ou encadernados, na ordem retromencionada.

9. DA IMPUGNAÇÃO E DO ESCLARECIMENTO DO ATO CONVOCATÓRIO

9.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do Pregão, na forma eletrônica.

9.1.1. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

9.1.2. Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

9.2. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao Processo Licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço sc.setad@conab.gov.br.

9.3. As impugnações deverão ser manifestadas **por escrito**, dirigidas ao Pregoeiro, protocolizando o original, no horário de **09:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00**, em dias úteis, na Rua Francisco Pedro Machado, S/N – Barreiros – São José-SC.

9.4. As impugnações, além de manifestadas **por escrito**, também deverão ser disponibilizadas em meio magnético (**CD/DVD**) ou através do endereço eletrônico sc.setad@conab.gov.br, face à obrigatoriedade da publicação, no **COMPRASNET**, do pedido de impugnação juntamente com a decisão emitida pelo Pregoeiro e/ou pelos setores responsáveis pela elaboração do Edital e seus anexos.

10. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá o prazo mínimo de 30 minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso.

10.1.1. Intenção motivada de recorrer é aquela que indica, **objetivamente**, contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, delineando o fato e o direito que a licitante deseja ver revisto pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.

10.1.2. O Pregoeiro examinará, em juízo de admissibilidade, a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

10.1.3. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

10.1.4. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

10.1.5. A falta de manifestação motivada quanto à intenção de recorrer no prazo estabelecido importará a decadência desse direito e autoriza o Pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

10.1.6. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema e em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente.

10.1.7. Qualquer recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo.

10.1.8. Para efeito do disposto no artigo 3º, inciso II, da Lei nº 9784/1999, fica franqueada aos interessados a vista dos autos do Processo que cuida desta licitação.

10.1.9. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, a sessão pública poderá ser reaberta, ocasião em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

10.2. Os recursos rejeitados pelo Pregoeiro serão apreciados pela autoridade competente, conforme RLC.

10.3. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4. Os recursos e impugnações interpostos fora dos prazos não serão conhecidos.

10.5. O objeto deste Pregão será **adjudicado** pelo Pregoeiro ao licitante declarado vencedor, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá a autoridade competente, após a regular decisão dos recursos eventualmente apresentados.

10.6. A **homologação** deste Pregão caberá a autoridade competente que autorizou a deflagração do processo licitatório, na forma do art. 322 RLC.

10.7. O objeto deste Pregão será adjudicado integralmente ao licitante vencedor.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. As obrigações da Licitante vencedora estão estabelecidas nos anexos deste instrumento, em especial no Anexo VII – Minuta do Contrato e Termo de Referência . Ademais, ela se responsabiliza por manter, durante toda a execução do ajuste, as mesmas condições da habilitação.

11.2. As obrigações decorrentes da presente Licitação serão formalizadas por termo de Contrato celebrado entre a CONAB e a Licitante vencedora, cuja minuta foi submetida a exame prévio da Procuradoria desta Empresa Pública, observando-se as disposições Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB – 10.901, do Edital e seus anexos e das demais normas pertinentes.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

12.1. Efetuar o pagamento dos serviços dentro do prazo estipulado.

12.2. Fiscalizar o regular cumprimento do contrato.

12.3. Utilizar os serviços dentro dos limites normativos e contratos, constituindo uso indevido dos mesmos a prática de quaisquer atos que estejam em desacordo com as condições do contrato e das normas aplicáveis.

12.4. O cumprimento das disposições contidas no Termo de Referência específico.

13. DO PAGAMENTO

13.1. As Notas Fiscais/faturas de cobrança deverão ser emitidas por CNPJ/endereços individuais , conforme segue:

- Companhia Nacional de Abastecimento – CNPJ 26.461.699/0270-38 – Inscrição Estadual 250233924 – São José-SC ; e
- Companhia Nacional de Abastecimento – CNPJ 26.461.699/0049-25 – Inscrição Estadual 250497867 – Herval D'Oeste-SC.

13.2. O pagamento pelos serviços descritos neste Edital e seus anexos será processado na forma estabelecida no Termo de Referência, disposto no Anexo I deste Edital.

14. . DO REAJUSTE

14.1. As tarifas serão reajustadas de acordo com a variação registrada pela ANATEL através do Índice de Serviços de Telecomunicações (IST), observando-se sempre intervalo não inferior a 12 (doze) meses, considerados a partir da assinatura do contrato ou dos reajustes concedidos.

14.2. Na hipótese da ANATEL determinar a redução de tarifas, de maneira análoga, a **CONTRATADA** deverá repassar à **CONAB** a partir da mesma data-base, as tarifas reduzidas.

14.3. Os reajustes de tarifas devem ser comunicados à **CONAB**, por meio de documento oficial expedido pela **CONTRATADA**.

14.4. Os reajustes de tarifas devem ser comunicados à **CONAB**, por meio de documento expedido pela **CONTRATADA**.

14.5. Na hipótese das tarifas, preços e descontos originalmente ofertados se revelarem desvantajosos para a Administração, a **CONAB** poderá solicitar sua revisão com a finalidade de ajustá-los à realidade do mercado.

15. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas que atenderão a contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2019 e correrão por meio do PTRES Nº 86352, Natureza da Despesa 339039 58, Fonte de Recurso 0250022135, Empenhos da UG 135276 - 2019NE000030 e UG 135284 - 2019NE000220.

16. DA CONTRATAÇÃO

16.1. As obrigações decorrentes da presente licitação serão formalizadas por Contrato celebrado entre a CONAB e o licitante vencedor, que observará os termos do RLC e das demais normas pertinentes.

16.2. O licitante vencedor será convocado para, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado da convocação, celebrar o termo de Contrato.

16.3. Antes da assinatura do Contrato será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas neste Edital, **as quais deverão ser mantidas pelo licitante vencedor durante a vigência contratual.**

16.4. Se o licitante vencedor não fizer a comprovação referida no subitem anterior ou recusar-se a assinar o Contrato, será convocado outro licitante para celebrá-lo, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.5. Antes da contratação será feita consulta ao CADIN – Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal, nos termos do Inciso III do art. 6.º da Lei n.º 10.522, de 19/07/2002, junto ao SICAF, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, a CNDT, ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e à Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

16.6. O Contrato terá vigência de 30(trinta) meses, a contar da data de 20/05/2019, prorrogável na forma estabelecida na Cláusula Terceira do Contrato pertinente, constante no Anexo IX deste Edital.

16.6.1. No Caso da CONAB/Matriz firmar contratação em âmbito nacional, que contemple também os serviços objeto deste instrumento, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer tempo, sem prejuízo para a CONTRATANTE, conforme preceitua os Incisos IX e XII do Art. 569 e Art. 570 do RLC- Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB 10.901.

16.7. O reajuste dos preços dos serviços contratados e a subcontratação também deverão observar o disposto no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

17. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O acompanhamento e a fiscalização das obrigações da contratante serão realizadas na forma e cronograma apresentado no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

18. DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

18.1. O recebimento dos serviços prestados, objeto do contrato, se dará condicionado no documento denominado Relatório de fiscalização de contratos, Anexo III a este Edital.

18.2. No caso de haver qualquer inconformidade na realização dos serviços, a CONTRATADA será acionada para os devidos ajustes/reparos, em prazo pré-estabelecido;

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Pelo não cumprimento total ou parcial do “Contrato” ora assumidas, garantida defesa prévia, Art. 573, e Art. 574 do RLC, a CONAB poderá aplicar as seguintes sanções:

19.1.1. Advertência formal;

19.1.2. Multa moratória de 5%(cinco por cento) sobre o valor do contrato.

19.1.3. Multa compensatória de 5%(cinco) por cento sobre o valor do contrato.

19.1.4. Multa rescisória de 10%(dez por cento) para os casos de rescisão unilateral, por descumprimento contratual, na forma prevista no contrato.

19.1.5. Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a CONAB, por até 02(dois) anos, Art. 574 do RLC.

19.2. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos **graus**, de acordo com as especificações constantes das tabelas 1 e 2, abaixo:

Tabela: 1

GRAU	C O R E S P O N D Ê N C I A
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela: 2

Item	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Interrupção na prestação dos serviços, sem comunicação prévia à CONTRATANTE, por período superior a 24 (vinte e quatro) horas.	05
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento	04
3	Cobrança por serviços não prestados	03
4	Cobrança fora do prazo estabelecido	02
4	Atraso na prestação de informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, até o limite de 24 (vinte e quatro) horas de atraso	02
6	Descumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência.	03

19.3. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no Art. 585 a 593 do RLC., e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

19.4. De acordo com os Art. 568 e 569 e 570 do RLC – Regulamento de Licitações da CONAB, a rescisão contratual poderá ocorrer nas seguintes situações:

19.4.1. O descumprimento de obrigações contratuais;

19.4.2. A subcontratação total ou parcial do seu objeto, a cessão ou transferência total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação, não admitidas neste Termo de Referência e Contrato, sem a prévia autorização da CONAB.

19.4.3. O desatendimento das determinações regulares do Gestor ou Fiscal do Contrato;

19.4.4. Por ato unilateral da Conab;

19.4.5. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a Conab; e

19.4.6. Judicial, por determinação judicial.

19.5. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras definidas no instrumento convocatório – Art. 576, 577, 578, 580 a 584 do RLC.

19.6. Os procedimentos para aplicação das sanções ocorrerão de acordo a SEÇÃO I DO PROCEDIMENTO PARA APLICAÇÃO DE SANÇÕES, SEÇÃO II DO RECURSO ADMINISTRATIVO E DA REVISÃO e SEÇÃO III DOS PRAZOS, como consta no Regulamento de Licitação e Contratos da CONAB (RLC – CONAB), disponível para consulta em <https://www.conab.gov.br/OlalaCMS/uploads/arquivos/17_12_14_17_45_37_rlc_aprovado_completo.pdf>.

20 . DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

20.1. A autoridade competente para aprovação do procedimento licitatório somente poderá revogá-lo em face de razões de interesse público, por considerá-lo inoportuno ou inconveniente e por motivo de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de qualquer pessoa, mediante ato escrito e fundamentado.

20.2. A anulação do procedimento licitatório induz à do Contrato ,sem prejuízo do disposto no parágrafo segundo do Art. 291 do Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB – 10.901.

20.3. Os licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do contratado de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do Contrato.

20.4. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.5. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

20.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública deste pregão eletrônico.

20.7. Os documentos eletrônicos produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizada pela ICP-Brasil, nos termos da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, serão recebidos e presumidos verdadeiros em relação aos signatários, dispensando-se o envio de documentos originais e cópias autenticadas em papel.

20.8. Caso os prazos definidos neste Edital não estejam expressamente indicados na proposta, eles serão considerados como aceitos para efeito de julgamento deste Pregão.

20.9. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CONAB.

20.10. Em caso de divergência entre normas infralegais e as contidas neste Edital, prevalecerão aquelas.

20.11. As normas que disciplinam este pregão eletrônico serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança da futura contratação.

20.12. Aplicam-se às cooperativas enquadradas na situação do art. 34 da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, todas as disposições relativas às microempresas e empresas de pequeno porte.

20.13. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da CONAB, sem prejuízo do disposto no inciso I, do artigo 245, do Regulamento de Licitações e Contratos da Conab.

20.14. O Edital e seus Anexos estarão disponibilizados, na íntegra, nos endereços: www.comprasgovernamentais.gov.br e www.conab.gov.br. O Edital, ainda, poderá ser fornecido pela **Conab** a qualquer interessado, por meio do Pregoeiro, situada na Rua Francisco Pedro Machado, S/N), Bairro Barreiros, São José-SC devendo para isso o mesmo recolher junto ao Banco do Brasil, o valor de **R\$ 10,00 (dez reais)**, por meio de Guia de Recolhimento da União – GRU, em nome da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, a ser emitida através do site www.stn.fazenda.gov.br (SIAFI/GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO/IMPRESSÃO DE GRU), **Unidade Gestora-UG:** UG Sureg-SC 135.284 – **Gestão:** 22211, **Código de Recolhimento n.º 28830-6**.

20.15. Os casos omissos serão dirimidos pelo Pregoeiro, com observância da legislação regedora, especialmente ao Regulamento de Licitações e Contratos da CONAB – 10.901, a Lei 13.303/2016, a Lei nº. 10.520/02 e o Decreto nº. 3.555/00, Decreto nº. 5.450/05 e subsidiariamente à Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

20.16. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, o respectivo Termo de Referência (**Anexo I**), que poderá ser solicitado junto a CONAB/SUREG-SC, por e-mail sc.setad@conab.gov.br, e/ou no endereço, sito à Rua Francisco Pedro Machado, S/N, Barreiros – São José-SC.

São José – SC, 02 de Maio de 2019.

LAYO DE JESUS ALVES
Pregoeiro